

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de julho de 2021

Comunicado: 027/2021

AÇÃO JUDICIAL COLETIVA
NÃO INCIDÊNCIA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE A TAXA SELIC

Às Empresas Associadas,

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ROCHAS ORNAMENTAIS CAL E CALCÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIROCHAS, por meio de sua assessoria jurídica, comunica que ingressou, em 14/07/2021, perante a Justiça Federal do Espírito Santo, com ação judicial coletiva a favor de seus Associados, a fim de garantir o direito de não sofrerem a incidência do IRPJ (Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) sobre o montante correspondente a taxa SELIC (juros de mora e correção monetária), aplicados sobre os créditos tributários pagos diretamente ao Fisco, e que foram ou serão objetos de repetição de indébitos (compensação/ restituição), sendo oriundos da via administrativa ou judicial.

Em apertada síntese, defende-se que os juros e a correção monetária, incidentes em casos repetição de indébito tributário, têm caráter nitidamente indenizatório, não caracterizando acréscimo patrimonial, razão pela qual sobre eles não poderiam incidir o IRPJ e a CSLL.

O processo está registrado sob nº 5025365-73.2021.4.02.5001 e também contempla o reconhecimento do direito de restituição ou compensação por via administrativa dos valores indevidamente recolhidos a tais títulos nos últimos 5 (cinco) anos anteriores a propositura da ação.

Salienta-se que ainda não há decisão no processo, mas qualquer andamento relevante que houver será expedido novo comunicado.

Por fim, a assessoria jurídica do Sindirochas, por intermédio do escritório **David & Athayde Advogados**, a qual patrocina essas ações, encontra-se à disposição de todos os associados para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir, por intermédio dos *e-mails*: rogerio@da.adv.br (Dr. Rogério David); lucas@da.adv.br (Dr. Lucas Sanson); daniel@da.adv.br (Dr. Daniel Gomes) e; pelos telefones (28) 99986-6686 e (27) 98816-9279.

Atenciosamente,